



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

Quadra 202 Norte, Av. Teotônio Segurado, Conjunto 01 Lotes 1 e 2 - Bairro Plano Diretor Norte - CEP 77006-214 - Palmas - TO

RELATÓRIO

No exercício de 2018 este Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins desenvolveu várias atividades de promoção de cidadania e participação social. Importa frisar que essas ações realçaram a acessibilidade e a inclusão como pilares de uma política global do TRE/TO.

1. Roda de conversa - EJE

1.1 Reconhecendo a importância do diálogo sobre temas ligados ao processo eleitoral, como acessibilidade, segurança das urnas eletrônicas, *Fake News*, nome social entre outros, o Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins (TRE-TO), por meio da Escola Judiciária Eleitoral (EJE/TO), realizou na noite de 17/1/2018, a primeira “Roda de Conversa com a Justiça Eleitoral” durante a “I Semana de Direitos Humanos da Untins: desafios e perspectivas”, no Campus de Palmas, com o objetivo de estimular a troca de informações e a reflexão, magistrados e servidores do Tribunal, falaram sobre os temas propostos, interagindo com os estudantes. O tema da **Acessibilidade**, tratado pelo juiz membro, Henrique Pereira dos Santos, que explicou como o eleitor com deficiência pode requerer a seção especial e garantir seu direito ao voto. “A acessibilidade é uma das grandes preocupações da Justiça Eleitoral, por isso todos os locais de votação devem ter pelo menos uma seção acessível, e lembrou que a urna eletrônica também é preparada para atender os deficientes visuais”. A temática de **Direitos humanos**, foi abordada pelo diretor-geral, José Machado dos Santos, que enfatizou que os direitos humanos, assim como o voto, é um direito fundamental garantido pela Constituição. “Nosso processo eleitoral é o melhor do mundo sendo referência para outros países, e deve ser motivo de orgulho para todos nós”, finalizou.

1.2 Dando continuidade a mais uma ação de conscientização e educação política para o Jovem Eleitor, o Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins (TRE-TO), por meio da Escola Judiciária Eleitoral (EJE/TO), realizou, no dia 26/10/2018, a segunda “Roda de Conversa com a Justiça Eleitoral”, desta vez com acadêmicos de Direito, da Universidade Federal do Tocantins (UFT), que receberam orientações sobre o processo eleitoral brasileiro, segurança das urnas eletrônicas, *Fake News*, nome social e acessibilidade.

O evento realçou o tema da **acessibilidade** com a palestra do chefe da Seção de Gestão e Desenvolvimento, Clairton Thomazzi, que em resumo apontou que é um direito do deficiente exercer o voto e a Justiça Eleitoral trabalha para garantir esse direito, implementando projetos e aperfeiçoando ferramentas que viabilizem o acesso ao voto. “A urna trouxe ao cego 100% de autonomia no momento da votação. ... A Justiça Eleitoral se preocupa em levar a democracia a todos os seus clientes”, explicou.

Após as palestras, foi aberto espaço para perguntas e respostas, ao que os alunos fizeram suas considerações, perguntas e sugestões. Todas as perguntas e sugestões de melhorias foram registradas pela assessora de pesquisa, estratégia e qualidade do TRE-TO, Silvia Helena. As informações serão apresentadas a alta direção do Tribunal, para análise e implementação de melhorias. Também participaram da ação a coordenadora da EJE/TO, Ana Carina Souto e a servidora Elisandra Bega.

2. Ação de conscientização e inclusão dos alunos da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais/APAE

Com o objetivo de promover a inclusão sociopolítica dos cidadãos a Escola Judiciária Eleitoral levou o Projeto “*Agentes da Democracia - Formação de eleitores e de políticos do futuro*” aos alunos da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais/APAE do município de Palmas, no dia 27 de setembro.

Tendo por norte fomentar a conscientização acerca da importância da participação na política e nas eleições como mecanismo de inclusão a ação contemplou palestra interativa sobre educação política e cidadania, bem assim o desenvolvimento de jogos educativos sobre as eleições e, ainda, votação simulada em urna eletrônica.

Os alunos, professores e Presidente da APAE receberam entusiasticamente a ação e externaram alegria pelo direcionamento de orientações para o exercício da cidadania, auxiliando-os a participarem efetivamente do processo democrático e da própria construção da cidadania.

3. Projeto de inclusão sociopolítica dos indígenas

Em continuidade a trabalhos iniciados para as Eleições de 2014 impulsionados pelo Des Marco Villas Boas, Corregedor à época, o TRE desenvolveu importante projeto de inclusão sociopolítica dos indígenas.

Nesta etapa, os trabalhos foram retomados em reunião realizada em outubro de 2017 em que o Presidente Des Villas Boas conclamou o seu reinício visando a avanços para efetiva participação indígena no processo democrático. A coordenação dos trabalhos ficou a cargo do Juiz eleitoral da 13ª ZE Cristalândia Wellington Magalhães e contou com a participação comprometida do Diretor-Geral José Machado dos Santos e de equipe técnica do Tribunal.

A partir de reuniões realizadas na Secretaria do Tribunal exsurgiu a necessidade de reunir lideranças indígenas para ouvi-las e colher informações acerca de suas reais necessidades, para o que formatou-se workshop a realizar-se no mês de março.

Com o fim de convidá-los para o mencionado evento, equipes da Justiça Eleitoral constituídas por juízes eleitorais e servidores realizaram visitas às aldeias de todas as etnias indígenas do Estado. Durante o período de 23 de fevereiro a 1º de março reuniram-se com as comunidades das aldeias São José e Mariazinha, correspondentes a 9ª Zona Eleitoral (ZE) de Tocantinópolis; as Aldeias Macaúba, Santa Izabel do Morro e Fontoura, da 13ª ZE de Cristalândia; Aldeia Canoanã, Aldeia Txuiri e São João que fazem parte da 15ª ZE de Formoso do Araguaia; Aldeia Pedra Branca e Cachoeira correspondentes a 32ª ZE de Goiatins, aldeia Manoel Alves Pequeno e Santa Cruz, localizada na 33ª ZE de Itacajá e Aldeia Xambioá, na 34ª ZE de Araguaína. À cada uma das aldeias foi facultada a participação de dois representantes para trazerem as demandas de suas comunidades para serem debatidas durante o workshop. Mencionadas visitas contaram com a presença do procurador federal da Funai Lusmar Soares Filho ou de outro representante dessa entidade.

Nos dias 15 e 16 de março concretizou-se o workshop na sede do Tribunal com o objetivo de discutir a segurança do processo eleitoral nas aldeias, representatividade política no processo democrático, bem como instrumentos que facilitem o diálogo intercultural.

Sob a presidência do Des. Marco Villas Boas os trabalhos contaram com a participação do Procurador Regional Eleitoral Dr. Álvaro Lotufo Manzano, de mais de 35 líderes indígenas, dos juízes eleitorais da 9ª ZE de Tocantinópolis, Helder Carvalho Lisboa, da 15ª ZE de Formoso do Araguaia, Luciano Rostirolla, da 23ª ZE de Pedro Afonso, Luciana Costa, da 32ª ZE de Goiatins, Luatom Bezerra e da 33ª ZE de Itacajá, Marcelo Rostirolla, além de representantes do Exército, da Universidade Federal do Tocantins, da Polícia Militar, do Ministério Público Estadual, da Secretaria de Segurança Pública, da Secretaria de Educação do Estado, da Defensoria Pública Estadual, de estudantes e de servidores da Justiça Eleitoral.

Foram ministradas as palestras *Segurança nas eleições em comunidades Indígenas*, proferida pelo juiz do poder judiciário de Roraima Aluizio Ferreira Vieira; *Representatividade Política dos povos Indígenas*, por Clarisse Drummond Martins Machado; e *Diálogo entre culturas*, por Francisco Edwiges Albuquerque,

Realizaram-se as oficinas 1 **Segurança nas Eleições**, atuando como mediadores o Procurador Regional Eleitoral Álvaro Lotufo Manzano e o juiz do Poder Judiciário de Roraima Aluizio Ferreira de Almeida; 2 **Representação Política**, cujos trabalhos foram mediados pela antropóloga e doutoranda em indigenismo Clarisse Drummond e pelo juiz eleitoral da 9ª ZE de Tocantinópolis Helder Carvalho Lisboa; e 3 **Diálogos Interculturais**, cuja mediação efetivou-se pelo professor e mestre em Linguística Francisco Edwiges Albuquerque e pelo juiz eleitoral da 32ª ZE de Goiatins Luatom Bezerra.

Dos referidos trabalhos foram colhidas três propostas, de cada oficina, cujas sugestões foram compiladas, apresentadas em Plenária e encaminhadas à Presidência com o fim de compor planos de ações para atender às demandas das comunidades indígenas e proporcionar efetivo exercício da cidadania dos povos indígenas.

Além disso, deliberou-se pela confecção de cartilhas bilíngues com orientações para o exercício do voto, informações sobre o funcionamento do processo eleitoral, direitos dos povos indígenas e sobre os principais crimes eleitorais.

Demais disso, nesse objetivo de incentivar a participação política das comunidades indígenas do Estado, por meio da escola judiciária eleitoral (EJE-TO) promoveram-se palestras e outras atividades nas comunidades indígenas, reforçando o trabalho de conscientização e inclusão efetiva dos indígenas no processo democrático. Dentre elas, apontamos as seguintes:

1. Nos dias 21 e 22 de abril a ação foi desenvolvida nas Aldeias Mariazinha e São José, no município de Tocantinópolis, alcançando mais de 400 indígenas pertencentes a cerca de 40 aldeias da etnia Apinajé;
2. No dia 5 de julho a ação desenvolveu-se na Aldeia Boto Velho, na Ilha do Bananal;
3. No dia 7 de julho foi realizada a ação educativa na Aldeia Macaúba, na Ilha do Bananal;
4. No dia 19 de julho a ação de educação política, apresentação de urna eletrônica e votação simulada foi desenvolvida no Centro de Ensino Médio Indígena Xerente (CEMIX), em Tocantínia, da qual participaram cerca de 100 professores indígenas. Foram trabalhados os temas "A Importância da participação do povo indígena no processo eleitoral" e a "Legislação Eleitoral – direitos e deveres" pelo juiz eleitoral da 29ª ZE de Palmas, Luís Otávio de Queiroz Fraz, que integra a equipe da Escola, representando a Corregedora Regional Eleitoral e Diretora da EJE-TO, Desembargadora Ângela Prudente;
5. No dia 9 de agosto realizou-se ação no Centro de Ensino Médio Indígena Xerente (CEMIX), em Tocantínia, com a presença da Corregedora Des Ângela Prudente e do Procurador Regional Eleitoral Álvaro Lotufo Manzano, e contou com a participação de mais de 150 alunos, professores e representantes da comunidade Xerente;
6. No dia 30 de agosto foi a vez da Aldeia Canoanã da etnia Javaé, cujos participantes receberam orientações sobre direitos eleitorais e representatividade política e ainda participaram de um jogo interativo com perguntas e respostas sobre a urna eletrônica, direitos e deveres políticos e uma simulação da votação eletrônica;
7. No dia 31 de agosto, a ação ocorreu na Aldeia Fontoura, da etnia Karajá, na Ilha do Bananal, cujos participantes ultrapassaram 120 indígenas;
8. No dia 1º de setembro, a ação de educação política foi direcionada para os brigadistas da Base de Brigada Central Karajá e Javaé, localizada às margens do Rio Jaburu;
9. No período de 11 a 13 de setembro, a ação contemplou a Etnia Krahô fazendo-se presente nas Aldeias Santa Cruz, município de Itacajá(33ª ZE); Pedra Branca, mun. Goiatins (32ª ZE); e Karajá-Xambioá, em Santa Fé do Araguaia (34ª ZE).

Ademais, em setembro foram lançadas quatro cartilhas bilíngues editadas em português e nas línguas maternas dos povos Panhi, (Apinajé), Iny (Karajá – Javaé – Xambioá), Meri (Krahô), Povo Akwe (Xerente), as quais fornecem didaticamente informações importantes para que todos possam compreender e participar de forma consciente e efetiva do processo eleitoral.

4. Matérias jornalísticas da Assessoria de Comunicação Social, Corporativa e Cerimonial/ASCOM

A ASCOM promoveu no período a publicação de matérias jornalísticas de divulgação dos serviços da Justiça Eleitoral e de esclarecimentos atinentes à temática de acessibilidade e inclusão, dentre as quais apontamos as seguintes:

No dia 21 de fevereiro: [Justiça Eleitoral passa a ser acessível em Libras e voz - Ferramenta de inclusão digital e social foi adquirida pelo TSE;](#)

No dia 5 de abril: [Eleitores com deficiência ou mobilidade reduzida podem solicitar local de votação com acessibilidade até 9 de maio;](#)

No dia 9 de abril: [Justiça Eleitoral oferece atendimento diferenciado a deficientes e urnas eletrônicas com acessibilidade;](#)

No dia 18 de outubro: [Roda de Conversa com a Justiça Eleitoral aborda temas como Fake News, urnas eletrônicas e acessibilidade;](#)

No dia 27 de outubro: [Roda de Conversa com a Justiça Eleitoral leva informações sobre o processo eleitoral a estudantes de Direito da UFT;](#)

No dia 3 de dezembro: [Acessibilidade: TRE-TO promove a inclusão das Pessoas com Deficiência;](#)

No dia 5 de fevereiro: [TRE-TO realiza segunda reunião do Projeto de Inclusão Sociopolítica dos Povos Indígenas;](#)

No dia 20 de fevereiro: [Indígenas da aldeia Lajeado recebem informações sobre Projeto de Inclusão Sociopolítica dos Povos Indígenas - Aldeia Lajeado compreende a Zona Eleitoral de Pedro Afonso;](#)

No dia 20 de fevereiro: [Justiça Eleitoral inicia mobilização para inclusão sociopolítica dos povos indígenas nas Eleições 2018;](#)

No dia 23 de fevereiro: [Comunidades da etnia Krahô, em Itacajá, recebem informações sobre Inclusão Sociopolítica dos Povos Indígenas;](#)

No dia 23 de fevereiro: [Justiça Eleitoral segue cronograma de visita às aldeias indígenas para inclusão sociopolítica;](#)

No dia 26 de fevereiro: [Indígenas Karajá recebem informações sobre projeto de inclusão sociopolítica;](#)

No dia 28 de fevereiro: [Krahôs são incentivados a participarem de projeto de Inclusão Sociopolítica dos Povos Indígenas;](#)

No dia 16 de março: [Projeto de Inclusão Sociopolítica marca abertura do diálogo para maior participação dos indígenas no processo eleitoral;](#)

No dia 16 de março: [Inclusão Sociopolítica promove aproximação das comunidades indígenas ao processo eleitoral;](#)

No dia 16 de março: [Especialistas em direito indígena ministram palestras durante lançamento do projeto para Inclusão Sociopolítica;](#)

No dia 23 de março: [Justiça Eleitoral dá continuidade ao projeto de Inclusão Sociopolítica das Comunidades Indígenas do Tocantins;](#)

No dia 19 de abril: [19 de abril: Justiça Eleitoral do Tocantins promove a inclusão e educação política dos eleitores indígenas;](#)

No dia 23 de abril: [Justiça Eleitoral do Tocantins visita aldeias Apinajé e incentiva participação dos indígenas no processo eleitoral;](#)

No dia 10 de maio: [Justiça Eleitoral garante atendimento em Aldeias indígenas da ZE de Tocantinópolis;](#)

No dia 6 de julho: [Inclusão sociopolítica dos povos indígenas proporciona resgate da etnia Æwa;](#)

No dia 9 de julho: [Comunidade indígena na Ilha do Bananal recebe pela primeira vez a visita de juízes eleitorais](#);

No dia 19 de julho: [TRE-TO promove ação de educação política para comunidades indígenas](#);

No dia 9 de agosto: [Comunidade Xerente recebe ação de educação política promovida pela Justiça Eleitoral](#);

No dia 3 de setembro: [Indígenas da etnia Javaé, na Ilha do Bananal, recebem ação de Inclusão Sociopolítica](#);

No dia 12 de setembro: [TRE-TO conclui etapa de inclusão sociopolítica em comunidades Krahô e Karajá-Xambioá](#);

No dia 21 de setembro: [TRE-TO lança cartilhas bilíngues do projeto de Inclusão Sociopolítica das Comunidades Indígenas do Tocantins](#);

No dia 24 de setembro: [TRE-TO lança cartilhas bilíngues e traduz informações eleitorais para línguas indígenas do Tocantins](#);

No dia 27 de setembro: [Agentes da Democracia incentiva inclusão sociopolítica dos alunos da APAE de Palmas](#);

No dia 1º de outubro: [Cartilhas bilíngues são entregues à comunidade Xerente](#);

No dia 3 de outubro: [Justiça Eleitoral promove ação voltada aos idosos nesta quarta-feira](#);

No dia 4 de outubro: [TRE-TO promove ação para alunos da Universidade da Maturidade](#).

5. Orientações aos juízes eleitorais - Presidência

Com fundamento na Res. TSE nº 23.381/12, a Presidência encaminhou orientações aos juízes eleitorais para, com vistas às eleições a se realizarem em 2018, adotarem dentre outras as seguintes providências (SEI nº 0001688-67.2018.6.27.8000):

Promover avaliação nos municípios que compõem essa ZE acerca da existência de prédios públicos novos e/ou com melhores condições de acessibilidade, visando à substituição de locais utilizados que apresentem difícil acesso às pessoas com deficiência. Considerando que a ferramenta que propiciaria maior efetividade à análise dos locais de votação bem como o monitoramento das condições dos referidos locais não estará disponível antes do fechamento do cadastro para as eleições de 2018, sugere-se a realização de uma análise inicial sem o uso da mesma, considerando questões como: existência de rampas, vãos de portas compatíveis para trânsito de cadeiras de rodas, sinalizações, reserva de vagas no estacionamento entre outros.

Renovar as recomendações aos servidores acerca da necessidade de identificar, no cadastro eleitoral, os eleitores com deficiência com o fim de proporcionar-lhes condições mais acessíveis para o exercício do voto. Acerca dessa particularidade, convém observar que foram juntados ao SEI nº 0001688-67.2018.6.27.8000, para fins de acompanhamento, relatórios, por zona, dos eleitores já identificados com o *ASE 396-Pessoa com deficiência*, bem como, no evento 0800301, planilha com o respectivo extrato numérico.

Realizar, nos termos do inciso V do art. 3º da Resolução do TSE nº 23.381/12, levantamento dos estacionamentos destinados à pessoa com deficiência nos locais de votação e/ou reserva de vagas próximas, com a devida sinalização.

Sensibilizar a equipe para aferir acerca da retirada de obstáculos dos ambientes de circulação internos das seções que possam dificultar o acesso de pessoas com deficiência.

Promover, considerando o fato de que os eleitores idosos apresentam dificuldade na identificação biométrica, a dispersão desses eleitores das seções mais numerosas, para as seções mais acessíveis, diminuindo o tempo de espera em fila, observando-se sempre as cautelas e normativos aplicados à espécie.

6. Orientações aos juízes eleitorais - Corregedoria

6.1 A Corregedoria orientou os juízes eleitorais quanto à necessidade de, nos termos do Provimento nº 9/12_CGE, identificarem inclusive nos dias dos pleitos eleitores com dificuldade para o exercício do voto por deficiência e/ou baixa mobilidade e promoverem a pertinente anotação no Cadastro Eleitoral por meio de anotação de ASE 396 - Eleitor com deficiência, visando a adequar as seções eleitorais (0006282-27.2018.6.27.8000).

Da referida ação, extrai-se dos relatórios e planilha encartados nos eventos 1013471 e 1013473 que foram anotados 351 ASEs 396 no período compreendido entre 15/5 a 5/12/18, mediante efetiva participação de 24 zonas eleitorais.

6.2 Ainda em 2017, com vistas às Eleições de 2018, a Corregedoria expediu recomendação às Zonas Eleitorais para a realização de estudos voltados à acessibilidade dos eleitores, visando à identificação de novas escolas em melhores condições para sediar os locais de votação e de maneira ampla promover a acessibilidade aos serviços eleitorais notadamente ao exercício do voto (SEI nº 0012280-24.2017.6.27.8060).

Além disso, a Comissão de Acessibilidade e Inclusão/CPAI definiu os requisitos mínimos de acessibilidade dos locais de votação, conforme ata do evento 0781646 constante do SEI nº 0024301-32.2017.6.27.8060, os quais integraram o sistema de Pré-Vistoria, consoante informação do evento 0941631 do SEI nº 0012271-62.2017.6.27.8060.

7. Cartilha de acessibilidade

Visando a democratização do conhecimento acerca do direito das pessoas com deficiência desenvolveu-se a presente cartilha com ênfase na tutela das acessibilidades e a proteção dos direitos das pessoas com deficiência. Embora a cartilha trate de acessibilidades em geral, deu-se maior ênfase no direito à participação e cidadania pelo exercício do voto como direito de todos e todas as pessoas. O conteúdo da cartilha foi desenvolvido por Henrique Romero e Denilson Mariano, com o suporte da equipe da ASCOM, que não mediram esforços para garantir a execução da despesa fosse ainda realizada esse ano. A cartilha de acessibilidade encontra-se no prelo.

8. Convênio com UFT

Após tramitar no SEI 0022574-87.2018.6.27.8000, a minuta de convênio foi aprovada pela Presidência desta Corte e autorizada reunião com o Reitor da Universidade Federal do Tocantins, com a finalidade apresentação da minuta de convênio. Reunião realizada em 10.12.2018 às 8:00 com a participação de Angela Issa Haonat e Henrique. Justificada a ausência de Zilânia Filgueiras que participaria da reunião por motivo de deslocamento para atender a eleição do município de Sandolândia.

9. Curso de Libras

Foram abertas novas turmas do Curso de Libras no ano de 2018. Mencionado curso, incluído no Plano Anual de Capacitação/PAC desde 2017, contemplou capacitação em LIBRAS desenvolvida em parceria com o Professor de LIBRAS, Jacob Augusto Ferreira, com foco no atendimento ao cidadão no Cartório Eleitoral, o qual tem sido ministrado na modalidade EAD, desde 2017.

Referida formação (**Conversação em LIBRAS para Atendimento ao Eleitor**) foi produzida sob demanda e destina-se a fornecer aos participantes conhecimento sobre aspectos introdutórios da Linguagem Brasileira de Sinais, além de contemplar diálogos corriqueiros no atendimento, incluindo perguntas e interpretação das possíveis respostas. Delineou-se que referido curso será ofertado repetidamente e, ainda, em 2017 abriu-se a primeira turma de treinamento, contando com a

participação de 63 (sessenta e três) inscritos, a segunda turma com 47 (quarenta e sete) inscritos e a terceira turma, que encontra-se em andamento, com 11 inscritos.



Documento assinado eletronicamente por **ANGELA ISSA HAONAT, Juiz Membro**, em 11/12/2018, às 18:36, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ZILANIA FILGUEIRAS, Técnico Judiciário**, em 11/12/2018, às 18:52, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **HENRIQUE HUGUENEY ROMERO, Analista Judiciário**, em 12/12/2018, às 13:57, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **REGINA BEZERRA DOS REIS, Secretário Judiciário e Gestão da Informação**, em 12/12/2018, às 13:58, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **KEZIA REIS DE SOUZA, Assessora de Comunicação Social, Corporativa e Cerimonial**, em 12/12/2018, às 17:35, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CLAIRTON THOMAZI, Chefe de Seção**, em 14/12/2018, às 09:06, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JADER BATISTA GONCALVES, Secretário de Tecnologia da Informação**, em 23/01/2019, às 14:44, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-to.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1017203** e o código CRC **C99CCD2A**.